

TETO DO GASTO

O QUE VEM DEPOIS ?

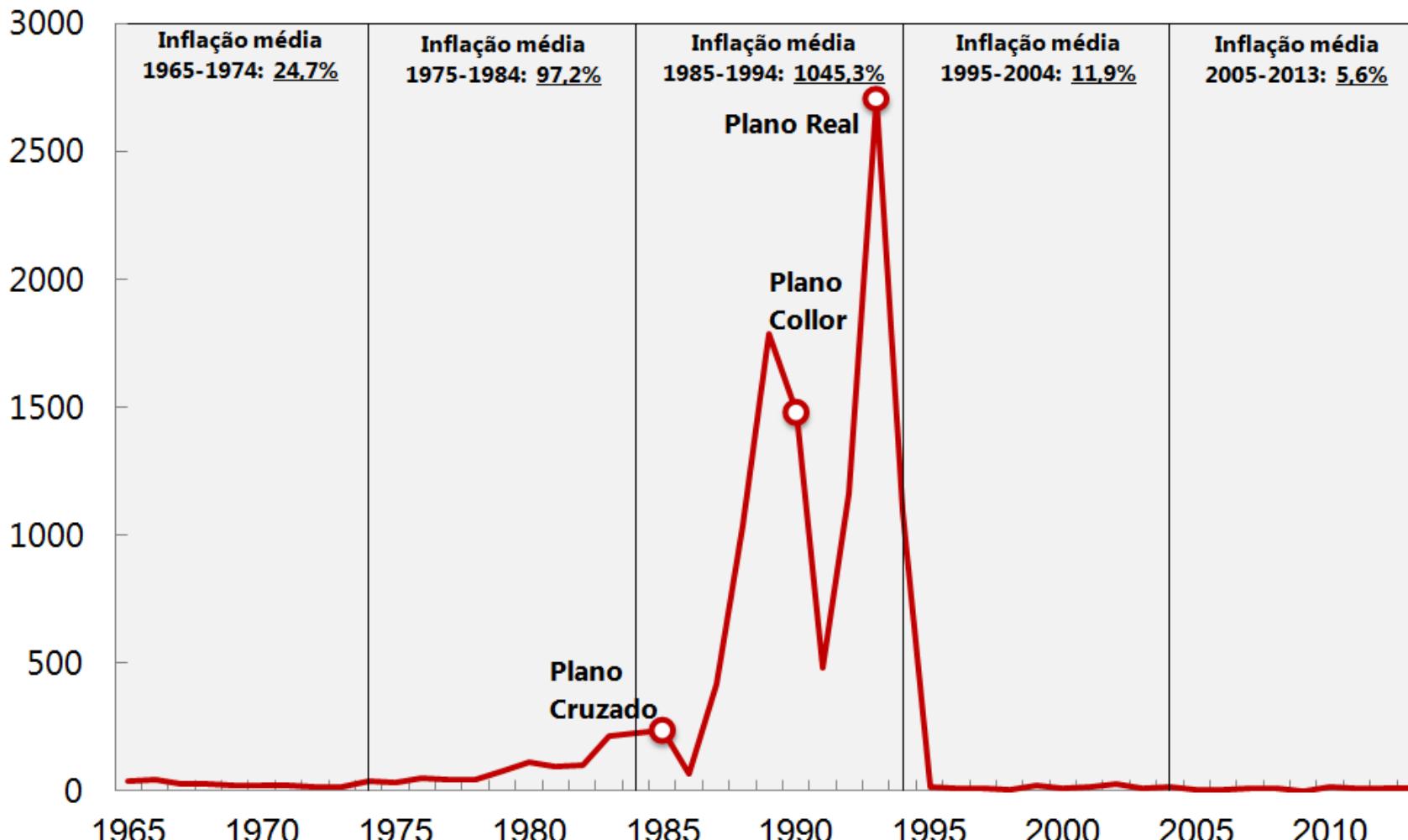
WEDER DE OLIVEIRA

Brasil: Inflação (IGP-DI)

(variação anual, em porcento)

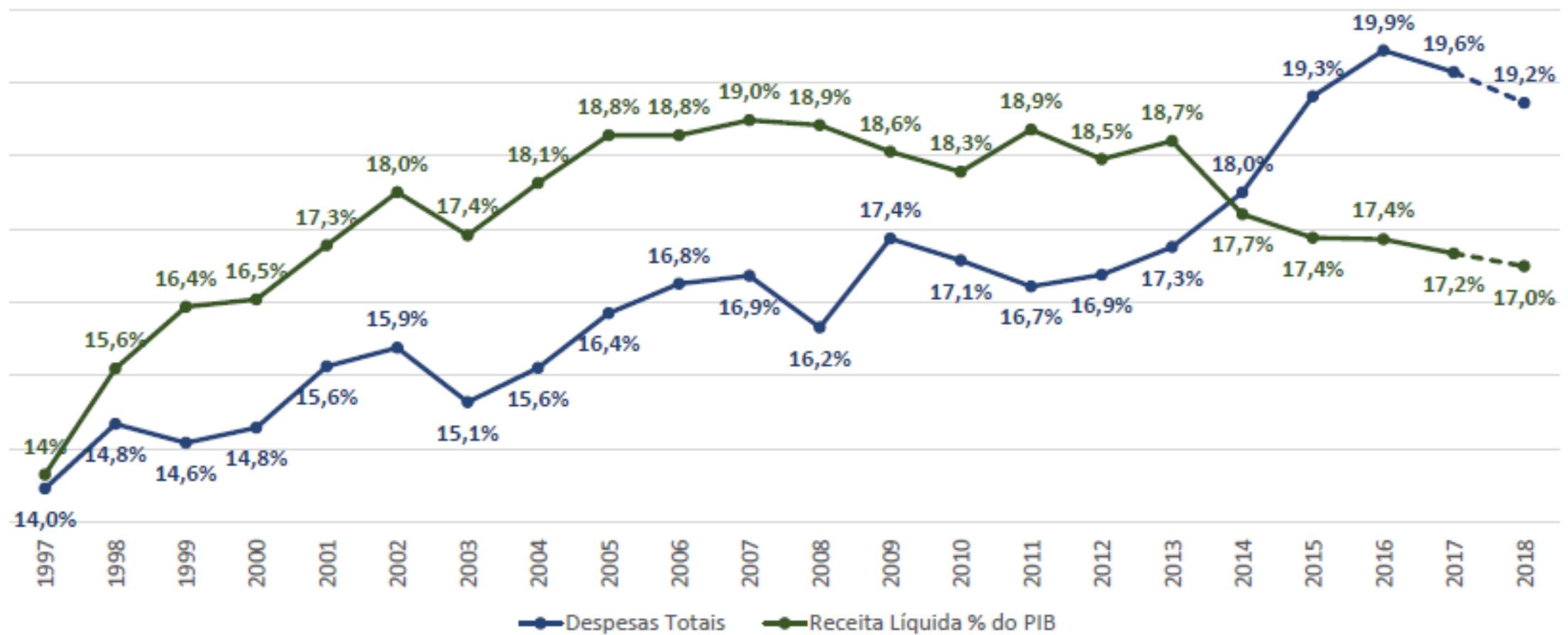


www.mercadopopular.org



Fonte: FGV.

Receitas e Despesas (% PIB)

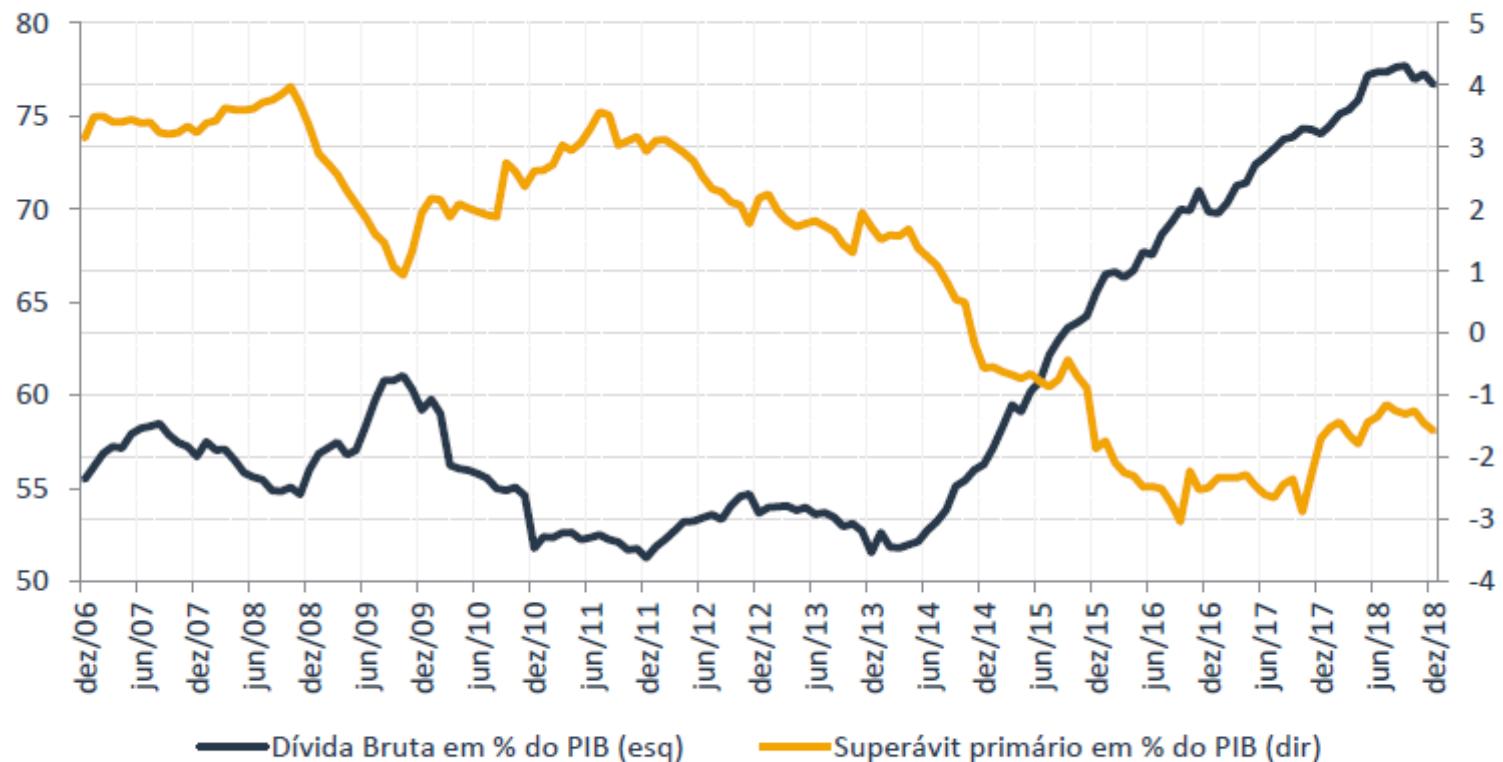


Fonte: Ministério da Fazenda

Resultado Primário do Governo Central (% do PIB)



Figura 1. Dívida bruta e Resultado primário (% do PIB)

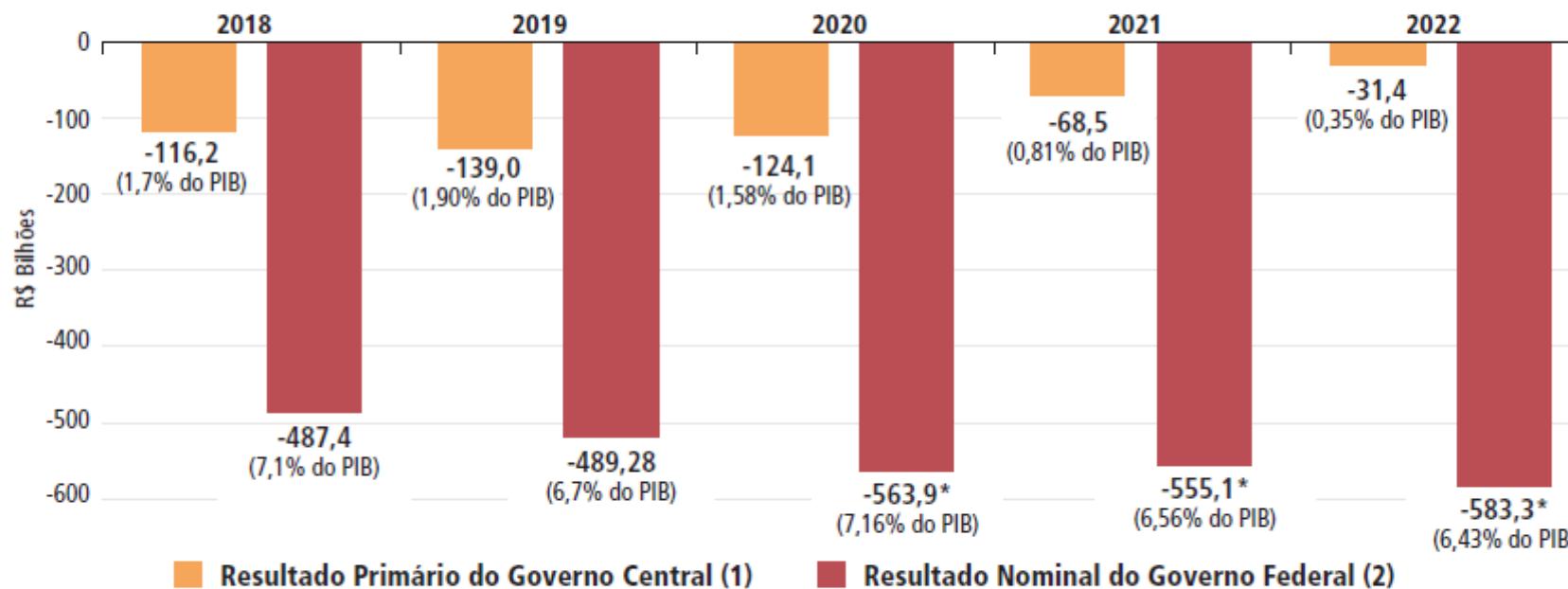


Fonte: BCB. Elaboração SPE/ME

Fonte: Adolpho Sashida

1. METAS FISCAIS

Resultados Fiscais no período 2018-2022 (R\$ bilhões e % do PIB)



Fontes: Banco Central (2018); LDO 2019 e SOF (2019); PLDO 2020 (2020 a 2022)

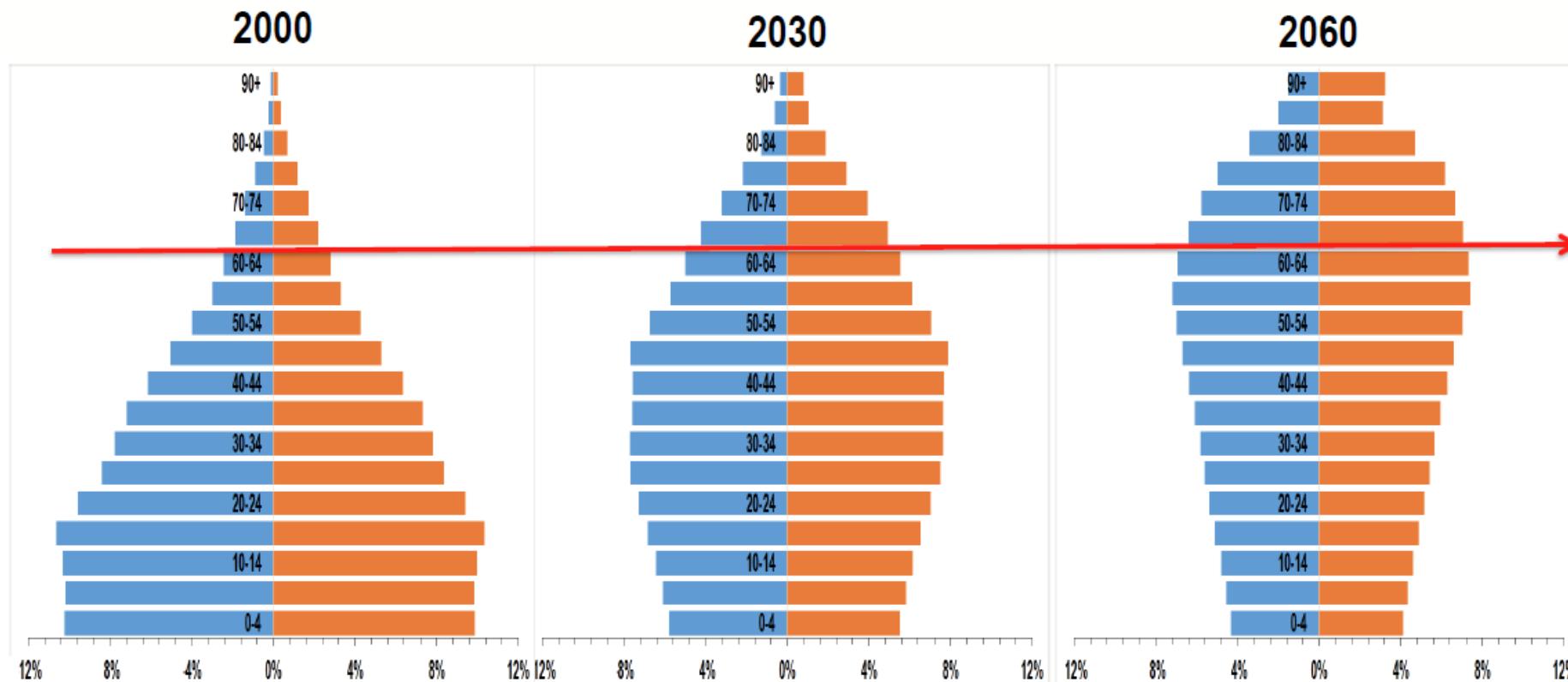
(1) Receitas primárias menos despesas primárias do Governo Central; não inclui as empresas estatais federais não dependentes.

(2) Resultado primário menos juros nominais; inclui as empresas estatais federais não dependentes, exceto as dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

(*) A meta de resultado nominal está fixada em percentual do PIB no PLDO 2020. Os valores absolutos foram calculados.

Fonte: COFF/Conorff

Pirâmides Etárias no Brasil



EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL



Leniência fiscal

Equilíbrio fiscal sustentável intertemporal

Rigidez fiscal constitucionalizada

EQUILÍBRIO INTERTEMPORAL DAS CONTAS PÚBLICAS

Entendido com **BEM COLETIVO**, do interesse geral da sociedade brasileira, por ser condição necessária para a consolidação da estabilidade de preços e a retomada do desenvolvimento sustentável.

“Vem aí uma revolução nas finanças públicas”

Maílson da Nóbrega

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL



Objetivo: redução da despesa em % PIB

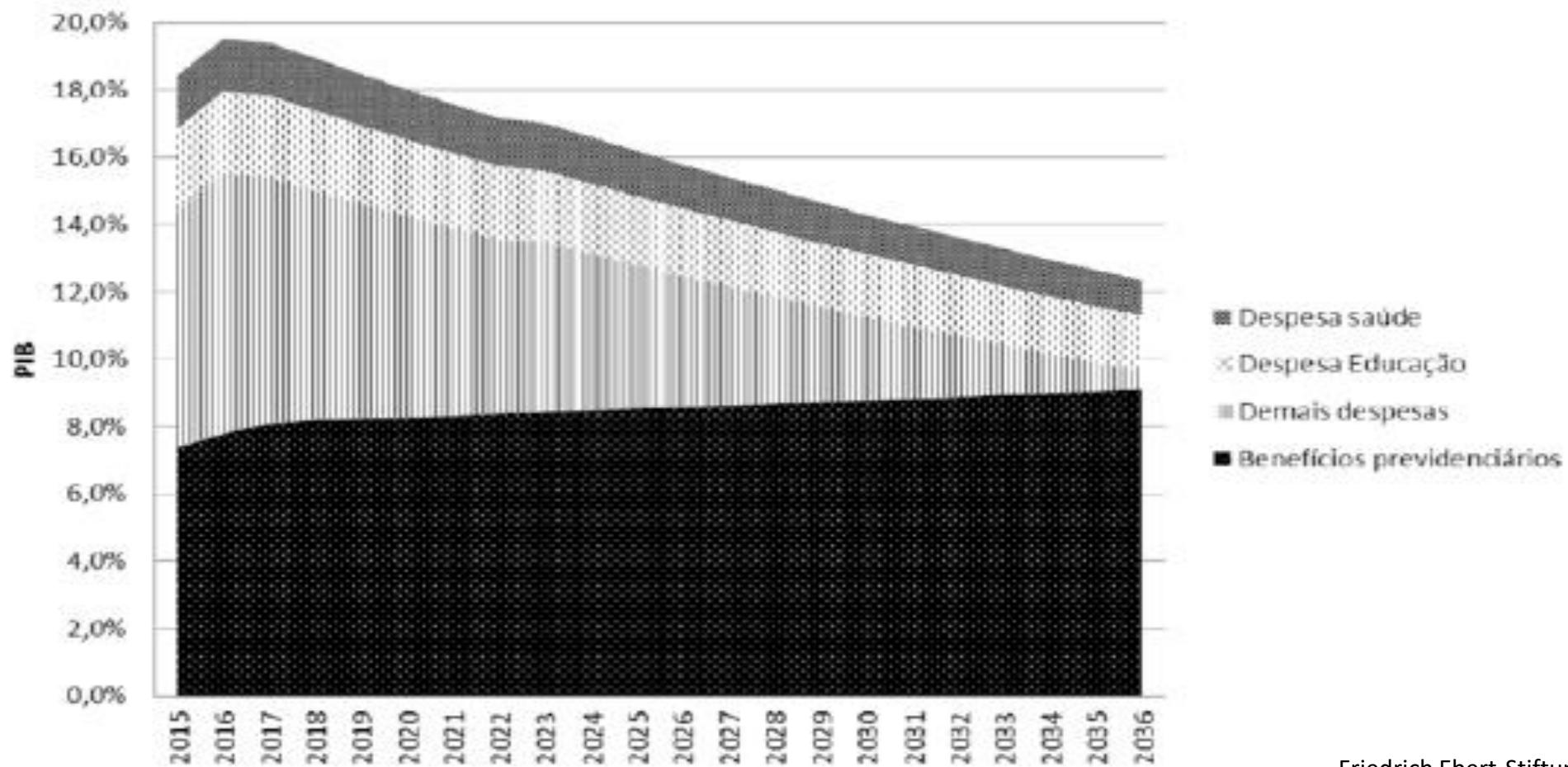


Fonte: STN e Bacen

Elaboração: MF

Figura 5: SIMULAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS SOB O NOVO REGIME FISCAL 2015-2016

Fonte: Elaboração própria



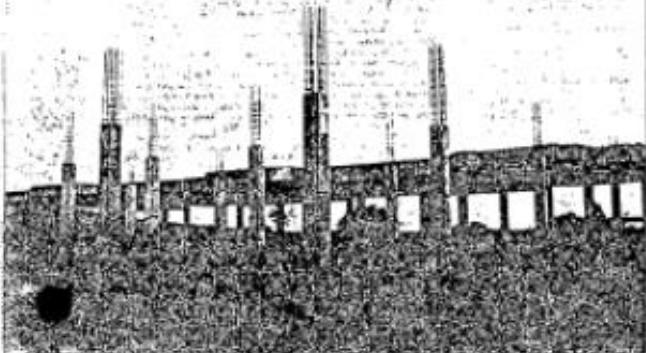


CONFIANÇA
PREVISIBILIDADE
CONTRIBUINTE

- **VERDADE ORÇAMENTÁRIA**
- **DIREITOS SOCIAIS**
- **REDISTRIBUIÇÃO**
- **EFICIÊNCIA**
- **GOVERNANÇA**

**REVOLUÇÃO
NA
ADMINISTRAÇÃO**

Nordeste vira cemitério de obras inacabadas



Projeto de Hospital Regional de Arapiraca, abandonado há mais de quatro anos, faltando de concretar o telhado no mês

Só em Alagoas foram enterrados quase US\$ 100 milhões em projetos paralisados, inacabados ou inexistentes

fernando araujo/força d'água manaus

En todo o Nordeste existem hoje 300 obras inacabadas. Encalhadas com recursos do Governo Federal e que já consumiram mais de um bilhão de dólares dos cofres públicos. A maioria dessas prestações foi para bens fixos, mais de quatro anos, e muitas delas simplesmente a ser concretadas, apesar de a União haver liberado parcelas de recursos para o início das obras. Exemplos de prestações que descrevem um atraso público estão por toda parte e desmobilizam o Estado, a prefeitura, província e governo federal.

São inúmeras as causas, e as artes vão desde a falta de planejamento até a definição de prioridades na execução de obras públicas. Fazem grande ressaca, entre prefeitos, governos estaduais e governos municipais. Na verdade, os governos estaduais e os governos municipais devem ser responsáveis, porque é a quem é que é o maior ônus das construções que se encarregam mais poder público. São elas que dão os impulsionadores e que é a quem não é prioridade nacional.

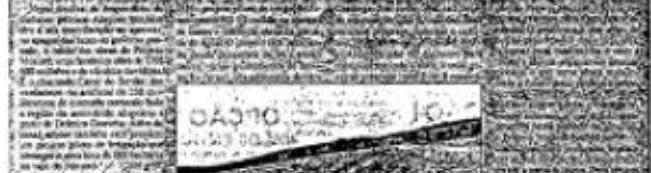
O resultado só agora vem a público com a decisão da Câmara de Contas do Unicef de investigar as irregularidades, exigir prestação de contas e punir os responsáveis. O TCU está realizando uma auditoria similar, e a justiça federal também tem resultados de cada forma diversa. "Todas as construções, assim obrigações a deslocar a União para distâncias surpreendentes, com custos e custos", afirma o Gócio de Alagoas, Antônio Júlio Pimentel, assessor do Presidente do TCU, Ministro Mário Vargas.

"Todas as estruturas das cidades municipais analisadas mostraram irregularidades, e a maioria das estruturas públicas ainda sendo investigada pelo TCU e permanecendo com recursos que permanecem nas construções, e não aplicadas a outras finalidades. Segundo o assessor do Ministro Vargas, quem não justifica a aplicação de dinheiro público será obrigado a devolvê-lo, mesmo que para isso tenha que ser feita uma nova licitação". O resultado, no entanto, não pode ser só fiscalizando essas obras", admite Alírio Ferreira, indicado como os alegados.

Alagoas tem 33 obras abandonadas sendo a maioria no setor de saúde



Canal do Sertão, outro desperdício de dinheiro público



Obra: Hospital Geral de Maceió (AL)



Iniciada em 1980, a obra encontrava-se paralisada desde 1993, com cerca de 20,5% dos serviços executados. Os recursos necessários à conclusão do hospital estavam orçados em R\$ 23.848.200,00.

Obra: Prédio da Justiça Estadual, em Manaus (AM)



Iniciada em 1975 e paralisada em 1976, a obra se encontrava paralisada há quase vinte anos. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 26.500.000,00.

Obra: Hospital Geral e Infantil de Vila Velha (ES)



A construção do hospital teve início em agosto de 1990 e foi paralisada em junho de 1991, com 40% do total executado. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 8.000.000,00.

Obra: Ponte sobre o Rio Parnaíba, entre Teresina (PI) e Timon (AM)



A "Ponte da Amizade" foi iniciada em janeiro de 1988 e paralisada em dezembro de 1991, tendo sido concluída a infraestrutura e parte da mesoestrutura, correspondente a cerca de 58%, com um gasto de cerca de R\$ 13.000.000,00. Foi estimado em R\$ 10.000.000,00 o orçamento para sua conclusão.

25 ANOS DEPOIS

BRASIL



Aeroporto de Fortaleza: iniciada em 2012, a obra de expansão está parada há quatro anos. Agora, o que foi construído terá de ser demolido | Jarbas Oliveira/Estadão Conteúdo /

Um país de obras inacabadas

Para não paralisar obras...

Art. 45. A lei orçamentária só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a LDO.

“Propostas para um Brasil Melhor”

Obrigatoriedade de **estudo de viabilidade** técnico-econômica anterior ao lançamento do edital de concorrência, descartando-se obras que não contribuam para o desenvolvimento do país.

“Propostas para um Brasil Melhor”

Obrigatoriedade de **projeto executivo** de engenharia antes da licitação do projeto, permitindo a elaboração de orçamentos realistas e evitando-se assim previsões inexequíveis que causem má qualidade na execução, atrasos, rescisões ou a combinação de todos esses fatores.

“Propostas para um Brasil Melhor”

**Início de obras somente sob garantia de
disponibilidade de recursos financeiros,
vinculados ao projeto até a sua conclusão.**

(in) Verdade Orçamentária



Subestimativa / Não orçamentação de despesas



Previsões irrealistas de receitas



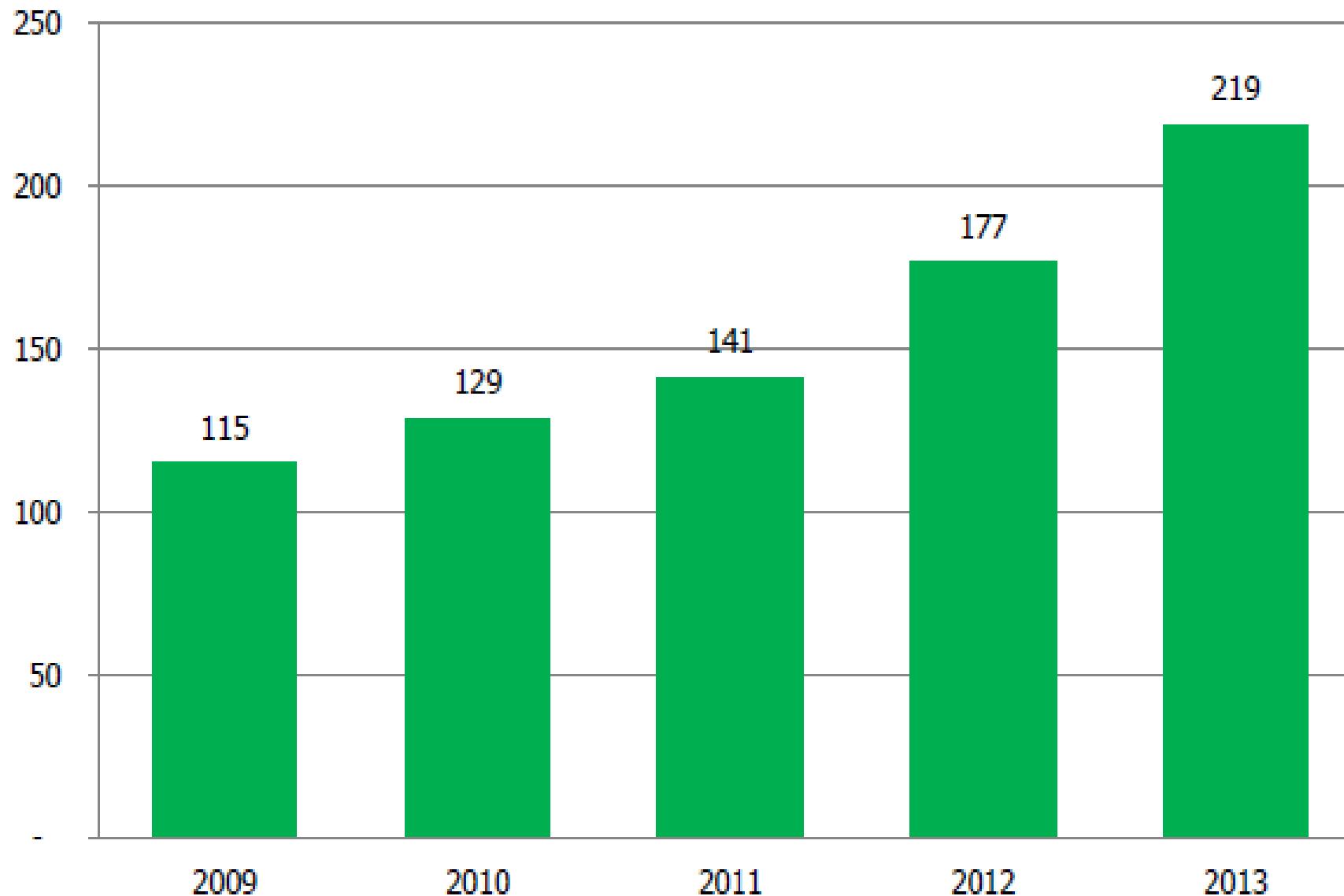
Cenário mais favorável

Postergação / inabilidade do ajuste orçamentário-financeiro

Risco de desajuste no controle da dívida pública

Restos a pagar inscritos – 2009 a 2013

R\$ bilhões





Leniência fiscal

Equilíbrio fiscal sustentável intertemporal



Rigidez fiscal constitucionalizada

???



A faint, grayscale photograph of the Ruins of the Templo de Diana in Évora, Portugal. The image shows the tall, fluted columns of the ancient temple standing against a bright sky. In the foreground, the stone walls and arches of a modern building are visible. The overall atmosphere is one of historical depth and architectural contrast.

LRF, a evolução inacabada...

Responsabilidade Fiscal: o que faltou e ainda falta?

Resultado primário

Limites endividamento

Despesas com pessoal

Renúncia de receita

Despesas obrigatórias

Compensação

No mesmo ato

Margem de expansão

Seguridade / Pessoal

PODER LEGISLATIVO

STF mantém freio nos gastos da Câmara

» LILIAN TAHAN

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a liminar que impede a Câmara Legislativa de contratar servidores comissionados até que retome o equilíbrio de suas finanças. O presidente da Corte, Cezar Peluso, acatou parecer do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, recomendando a manutenção da decisão que proíbe a Casa de fazer compromissos financeiros na área de pessoal até que volte a apresentar patamares de gastos com servidores dentro do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Se a situação perdurar, poderá causar sérios problemas aos distritais eleitos em outubro e que tomam posse mês que vem, pois esses políticos também serão afetados com a condição restritiva do órgão. Um dispositivo na LRF diz, inclusive, que a Câmara fica proibida de fazer substituições (leia mais Entenda o caso).

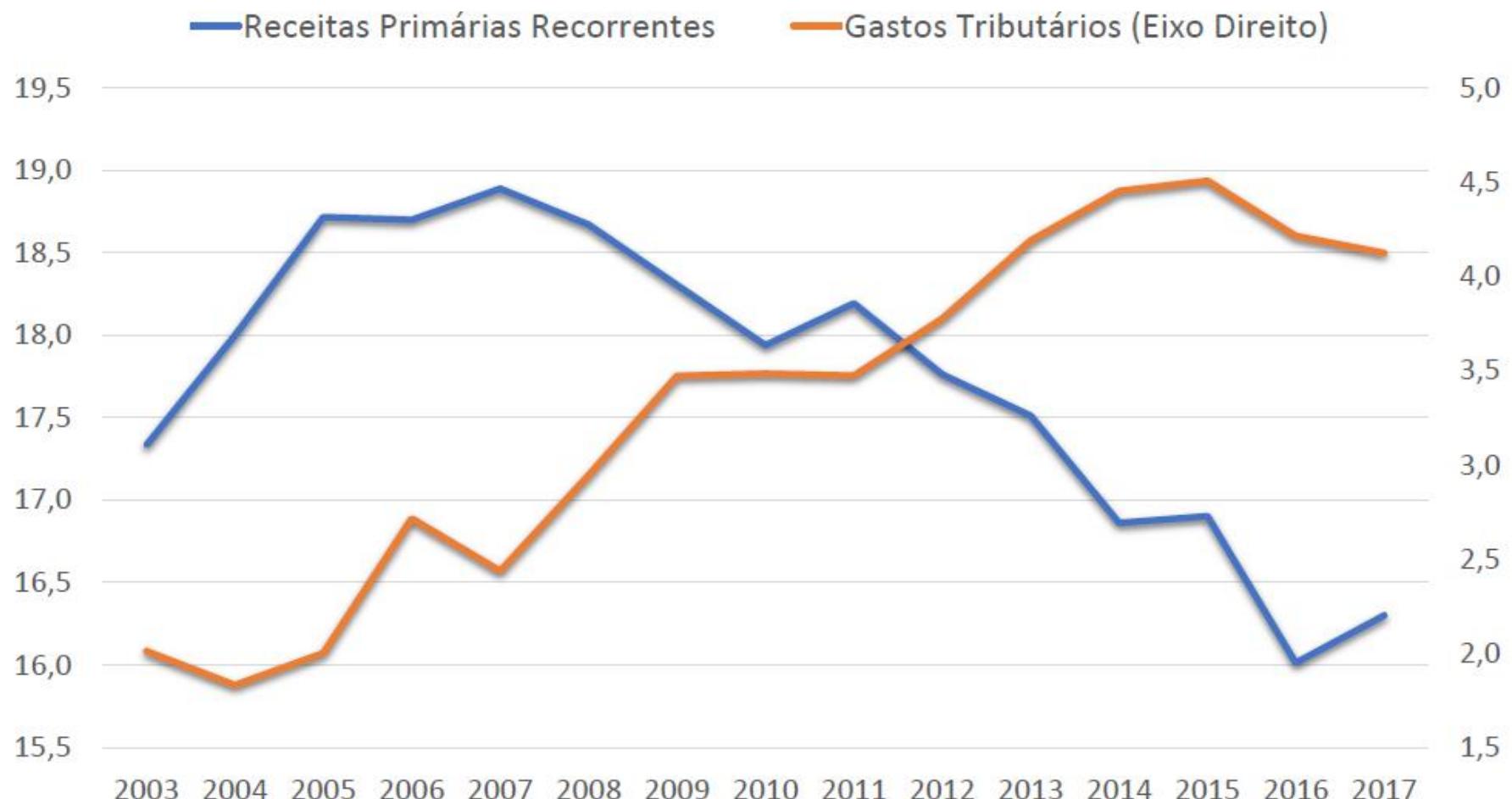
A decisão de Cezar Peluso contraria recurso apresentado pela Procuradoria-Geral da Câmara Legislativa, que tenta derrubar na Justiça a medida em caráter emergencial conquistada pelo Sindicato dos Servidores

Decisão do Supremo impede distritais de contratarem mais servidores comissionados até que se enquadrem na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Casa vai recorrer



Receitas Primárias e Gastos Tributários

Valores em % PIB



Fonte: FGV/IBRE

GASTO TRIBUTÁRIO

“Tanto quanto possível, a discussão dos gastos tributários relacionados a certas áreas de atuação deve ser incorporada na discussão das despesas gerais dessas áreas de modo a informar as escolhas orçamentárias”

Princípio da simultaneidade de apreciação de gastos diretos e indiretos

“Raramente são submetidos aos mesmo grau de escrutínio que as despesas efetivas”

Transparência orçamentária substantiva e contraposição pública dos interesses fiscais

“Cultura de que renúncia tributária não é dinheiro público”

Instituições decisórias

Processos decisórios

Cultura organizacional

Modelos mentais

ELEIÇÕES 2010: Tucanos saem em defesa de proposta já aprovada no Senado e negam que seja eleitoreira

Lula: 'Agora digam de onde virá o dinheiro'

Presidente afirma que oposição deve apontar fonte de recurso para aumento do Bolsa Família previsto em projeto de Tasso

Chico de Gois

• BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo partido foi contra a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal no governo Fernando Henrique, cobrou ontem do PSDB que aponte uma fonte de recursos para pôr em prática o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A proposta do tucano prevê aumento do benefício do Bolsa Família para famílias cujas crianças tenham um bom desempenho escolar.

O projeto foi aprovado anteontem, em caráter terminativo, na Comissão de Educação do Senado, e agora vai ser discutido na Câmara. Lula provocou a oposição dizendo que, se todo o mal que ela quiser causar ao seu governo redundar em mais benefícios sociais, ele estará feliz. E voltou a responsabilizar os opositores por não aprovarem a prorrogação da CPMF para a saúde.

— Se todo o mal que o meu governo puder causar é os meus adversários tentarem aprovar mais políticas sociais, ótimo. Se eles tivessem feito isso há mais tempo, a gente poderia estar melhor — afirmou o presidente, em entrevista após solenidade de lançamento do novo portal do governo federal: — Eles poderiam ter contribuído para melhorar a saúde se não tivessem derrubado a CPMF. Poderiam ter feito isso. Mas a mesquinha tomou conta da política. Então, eles acharam que



Givaldo Barbosa

OPINIÃO

O QUE VALE A PENA

- COMO TUDO o que se refere ao Bolsa Família, importante ferramenta eleitoreira do governo Lula, a proposta do senador tucano Tasso Jereissati de reforçar os vínculos do programa com a educação, aprovada até com votos petistas, desflagra aceso bate-boca entre políticos da oposição e da base do governo.

FAZ SENTIDO estabelecer uma relação entre o benefício e o rendimento escolar do beneficiado, embora precisem ser levadas em conta as deficiências da própria estrutura do ensino público.

PORÉM, MAIS importante que tudo é trabalhar em aperfeiçoamentos no programa que permitam às famílias viver sem a esmola estatal, livres de qualquer cabresto político.

PT foi contra Lei Fiscal

• Sancionada em maio de 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para que os administradores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário passassem a ter limites de despesas e tivessem que prestar contas de como gastam o dinheiro público. À época, parlamentares petistas e do PC do B votaram contra a lei, entre eles agora ex-ministros do governo Lula, como Agnelo Queiroz, Aldo Rebelo, Eduardo Campos, Ricardo Berzoini e Antonio Palocci, os senadores Aloizio Mercadante e Eduardo

em fevereiro de 2000, antes de a lei ser aprovada pelo Senado.

Em 2005, cinco anos depois de a lei ter sido sancionada, Palocci, então ministro da Fazenda, declarou: "Quero fazer uma autocritica porque naquele momento a minha bancada falhou. Naqueles idos de 2000, nós não demos apoio à lei. Essa foi uma falha da nossa bancada e eu me incluo nessa falha. Eu fazia parte daquela bancada e os registros devem ser feitos de forma honesta".

No ano passado, o ex-presidente Fernando Hen-

Lula cobra oposição por ampliar gastos do Bolsa-Família

Presidente pede que parlamentares não exagerem nas promessas nem promovam 'farra do boi' no ano eleitoral

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

Depois de aumentar em mais de 100 mil o número de funcionários e inchá a máquina, com elevação dos gastos públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "apelou" ontem aos parlamentares para que não exagerem nas promessas em ano eleitoral nem promovam uma "farra do boi", alegando que a gastaça pode desequilibrar as contas públicas. Ele ironizou a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê pagamento de Bolsa-Família a crianças com boas notas na escola.

"Não é porque estamos em época eleitoral que vai se praticar a farra do boi nesse país. Não podem achar que banalizando decisões as pessoas ganham voto", declarou Lula, em entrevista após inaugurar o Portal Brasil, no CCBB, atual sede do governo.

"Não dá para as pessoas imaginarem que, porque é ano eleitoral, pode comprometer mundos e fundos da sociedade", afirmou Lula, ao ser questionado se poderia vetar a proposta aprovada no Congresso, na semana passada, que destina 5% dos recursos do Fundo Social para reajuste dos aposentados.

Lula criticou a ampliação de gastos do Bolsa-Família, que foi proposta por Tasso e criticada

FRASES

**Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República**

"Não é porque estamos em época eleitoral que vai se praticar a farra do boi neste país. As pessoas não podem achar que banalizando decisões as pessoas ganham voto"

"Não dá para as pessoas imaginarem que porque é um ano eleitoral pode comprometer mundos e fundos da sociedade"

**Cesar Maia
Ex-prefeito do Rio (DEM)**

"Incluir isso no Bolsa-Família é confundir assistência social com educação. É criar insegurança em relação ao programa"

pela líder governista, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), no dia anterior. "A ideia pode ser boa de você criar um instrumento de incentivo, dar a mais para que as crianças estudem. Só espero que tenham colocado também de onde vai tirar o dinheiro, porque todo o gasto proposto tem que ter uma fonte de receita."

Lula ainda reclamou da oposição por ter derrubado a CPMF que financiava a saúde. Segundo ele, foi gesto de "mesquinharia".

FOGO AMIGO

Além do PT e de Lula, o ex-pre-

feito do Rio Cesar Maia – um dos principais expoentes do DEM, principal aliado dos tucanos nas eleições – atacou ontem o projeto de Tasso, já aprovado na Comissão de Educação do Senado. Ele apontou equívocos conceituais à iniciativa e afirmou que a proposta não ajuda o candidato tucano.

"Incluir isso no Bolsa-Família é confundir assistência social com educação. É ainda criar insegurança em relação ao programa", afirmou. As críticas foram distribuídas em seu ex-blog – uma espécie de boletim eletrônico.

Presidente nacional do DEM e filho de Maia, o deputado Rodrigo Maia (RJ) afirmou que as críticas se concentram no aspecto técnico do projeto e garantiu que a relação do partido com os tucanos é boa. "Estamos juntos. Não tem ruído."

Na reta final de seu terceiro mandato no Rio, Maia editou decreto que estabelecia gratificação em dinheiro a alunos da rede municipal que tivessem bom desempenho. Os prêmios poderiam chegar a R\$ 4,5 mil para quem obtivesse conceito "muito bom". A atual administração substitui a premiação em dinheiro por netbooks. ■

COLABOROU ALFREDO JUNQUEIRA

"Não dá para as pessoas imaginarem que porque é um ano eleitoral pode comprometer mundos e fundos da sociedade"

- “Orçar é governar”.
- “O orçamento é como o sangue circulando nas veias, mantendo-o vivo”.
- “Orçamento, por definição, é política pública. Se não houver orçamento não há política pública”)

**+ 50 anos
depois**

O estado das contas públicas segundo o sucessor...

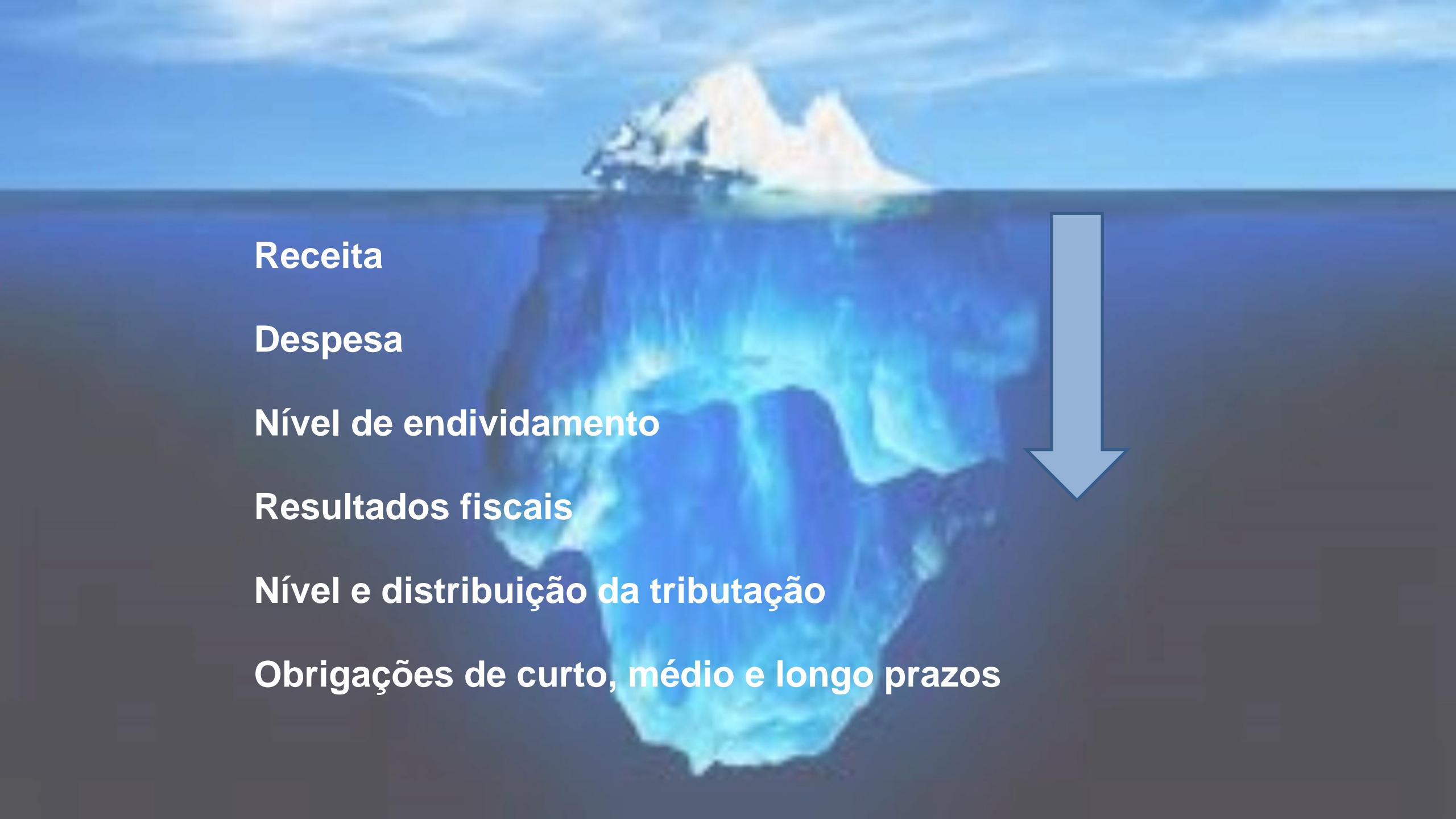
“Não contabilizou R\$ 2,2 bilhões”.

“Gasto de R\$ 1,3 bilhão sem crédito orçamentário”.

“Uma dívida de R\$ 3 bilhões foi deixada pela gestão anterior”.

“Governo encontrou um rombo de R\$ 6,5 bilhões”.

... Isso em 2015!



Receita

Despesa

Nível de endividamento

Resultados fiscais

Nível e distribuição da tributação

Obrigações de curto, médio e longo prazos



ACÓRDÃO 3448/2012-P

"Os achados detectados são recorrentes. Reunidos a outros, iguais, detectados em auditorias anteriores, confirmam o sentimento geral de que as graves deficiências de planejamento, contratação, fiscalização e gestão de obras rodoviárias são estruturais e institucionais e que, por persistirem ao longo de décadas (evidentemente não no mesmo grau), forjaram uma cultura organizacional acostumada a essas deficiências".

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTÁVIO FRIAS FILHO

QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2018

EDIÇÃO SP/DF * CONCLUÍDA À 0H02 * R\$ 4,00

Você é a favor da paralisação?

Sim	87%
Não	10
Indiferente	2
Não sabe	1

Os caminhoneiros deveriam continuar parados?

Sim	56%
Não	42
Não sabe	2

Você é a favor ou contra os cortes no orçamento /ou aumento de impostos para atender às reivindicações?

Contra	87%
A favor	10
Não sabe	2
Indiferente	1

Fonte: Datafolha

87% apoiam a paralisação, mas rejeitam pagar a conta

Metade dos brasileiros não teve rotina afetada pelo movimento de caminhoneiros, mostra Datafolha

Oitenta e sete por cento dos brasileiros apoiam a paralisação dos caminhoneiros, aponta pesquisa Datafolha. Junto com a aprovação maciça, porém, vem a recusa a arcar com um possível ônus para atender às reivindicações.

O levantamento, feito ontem por telefone com 1.500 pessoas, mostra que 87% não aceitam nem aumento de impostos nem corte de gastos —soluções possíveis para que a União equilibre as contas diante do acordo.

Os dados mostram ainda que mais da metade (56%) dos brasileiros é favorável à continuidade do movimento, motivado pela alta continuidade do preço do diesel, na estreia do aumento do petróleo no mercado internacional.

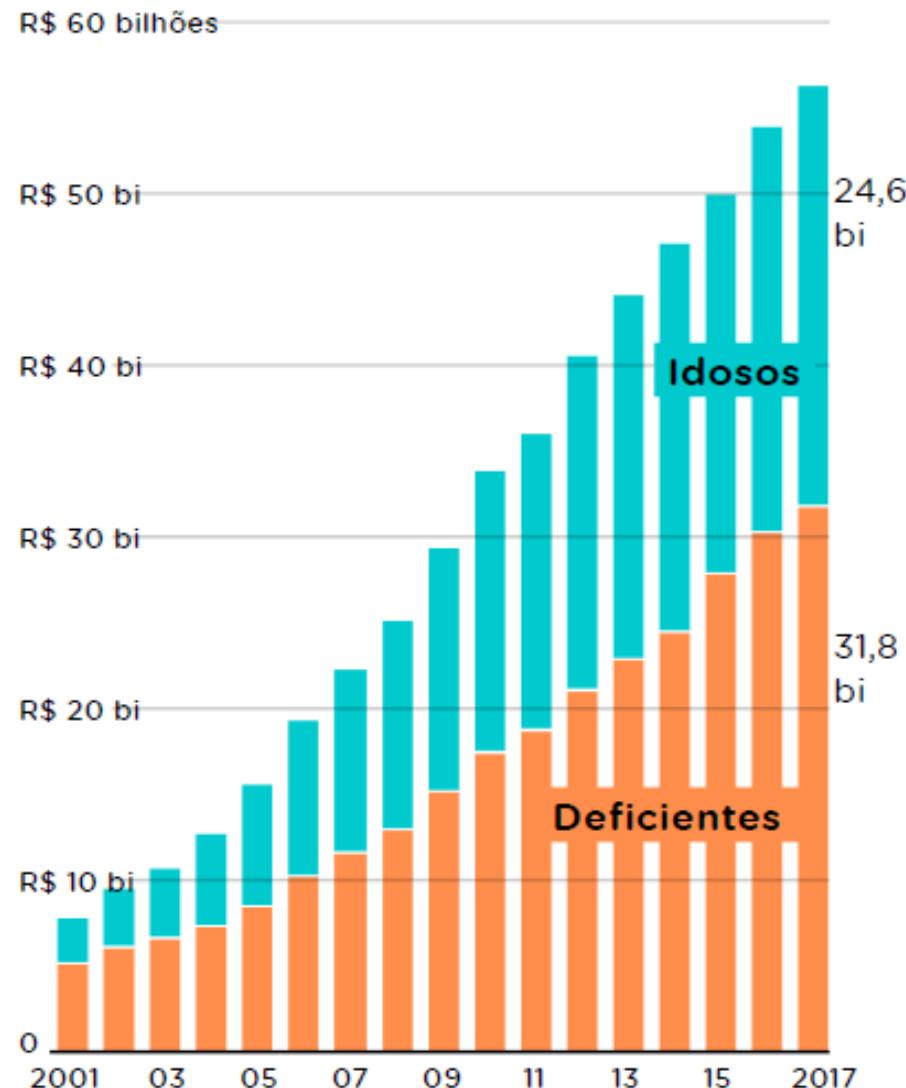
Para 42%, a categoria deveria retomar suas atividades. Dos ouvidos, 51% dizem ter deixado de fazer alguma atividade, e 49% mantiveram a rotina. Em relação ao abastecimento nos postos, 53% relataram algum problema.

Presidente Michel Temer (MDB) demorou, na avaliação de 96%, para negociar com os caminhoneiros. O movimento completa hoje dez dias. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais. **Mercado BI**



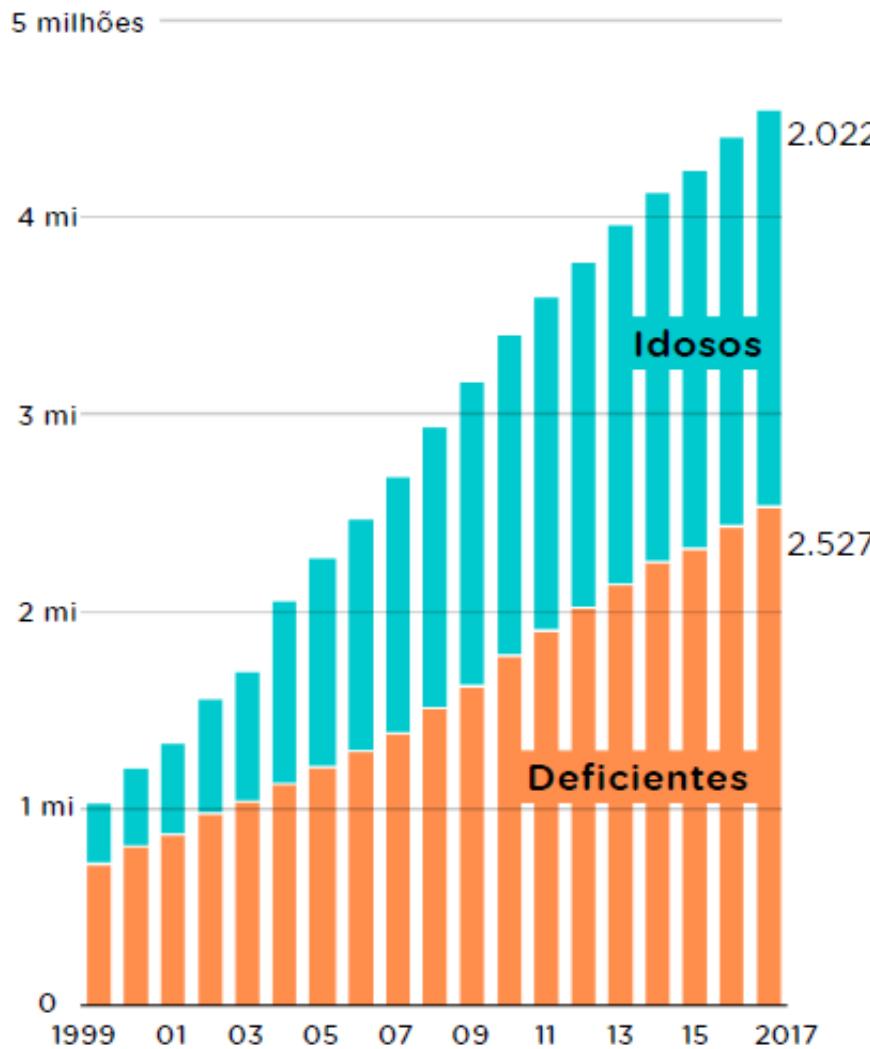
Caminhão-tanque reabastece posto de combustíveis na avenida Pacaembu (região central de São Paulo); houve retomada das entregas também em outras capitais do país Eduardo Anizelli/Folhapress

Gasto ao longo dos anos



Fonte: Instituição Fiscal
Independente/Secretaria de Previdência.
Valores corrigidos pela inflação até
dezembro de 2018.

Número de beneficiários



Fonte: Instituição Fiscal
Independente/Secretaria de Previdência

NEXO



PAULO VITALE

“Controlar o gasto público é inevitável. Mas o ajuste que proporemos não pode causar desemprego, afetar negativamente a qualidade dos serviços públicos nem afetar os mais pobres.”

MARINA SILVA, ex-senadora e ex-ministra, hoje pré-candidata pela Rede

do de Meirelles, que afirmou que concluirá a venda da estatal de energia elétrica tão logo assuma o cargo. Alckmin, derrotado na eleição presidencial de 2006 depois de uma desastrada defesa da privatização da Petrobras, usada pelo PT como arma contra sua

candidatura, agora age com mais cautela. Explicou que, sob sua gestão, a empresa deverá perder o monopólio que mantém no setor de refino e concentrará sua atuação na prospecção de petróleo.

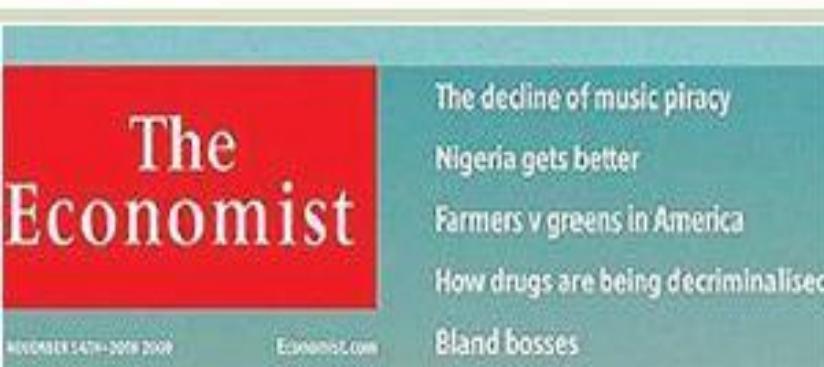
Na frente tributária, Marina, Alckmin, Dias e Meirelles de-

Tabela 1: Crescimento real do PIB e do PIB per capita - 1981-2018

	PIB (% a.a.)	PIB per capita (% a.a.)
1981-1990	1,6	-0,3
1991-2000	2,5	0,8
2001-2010	3,7	2,5
2011-2018	0,5	-0,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Fonte: Adolpho Sashida





TETO DO GASTO ... O QUE VEM DEPOIS ?

WEDER DE OLIVEIRA